



## **PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2011**

### **ÍNDICE**

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	6
C) Economia Regional	9
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Sector Público Administrativo	18
B) Administração Local	24
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	30
B) Orçamento da Despesa	36
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	49
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	56
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Directa	58
B) Avals	59
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	62



## I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, e demais legislação o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de orçamento para o ano de 2011.

A presente proposta de orçamento foi elaborada, tendo como referência, o quadro financeiro definido na Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e a proposta de Lei do Orçamento de Estado – OE, já apresentada na Assembleia da República, diplomas nos quais estão definidos um conjunto de meios financeiros de que a Região irá dispor para o próximo ano.

O Governo dos Açores reconhece que, apesar da conjuntura nacional e internacional desfavorável, o Governo da República cumpre integralmente com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Com a presente proposta de orçamento, pretende-se continuar a privilegiar a estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas e manter um clima social e económico que permita a Região continuar a crescer e continuar a reduzir algumas assimetrias, ainda existentes com o continente português e a União Europeia.

O Governo dos Açores com a actual proposta de orçamento, pretende, ainda, atenuar e contrariar os efeitos negativos do enquadramento



macroeconómico internacional através de uma política de rigor e simultaneamente de crescimento, que permita dar aos agentes económicos e à sociedade em geral estabilidade e confiança.

Neste sentido, a presente proposta consubstancia um volume de despesas de investimento na ordem 506,7 milhões de euros.

A presente proposta de orçamento atinge um valor global de 1.354,3 milhões de euros, dos quais 237 milhões de euros respeitam a operações extra-orçamentais.

As despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional atingem um valor na ordem dos 610,6 milhões de euros, menos 0,9% do que o verificado em 2010, o que traduz todo o esforço do Governo Regional neste contexto de contenção da despesa e de moderação de consumo, possibilitando uma maior disponibilidade de fundos para o plano de investimentos, contribuindo, assim, de forma sustentada para crescimento económico e do emprego.

O Orçamento para 2011 é, no entender do Governo dos Açores, um instrumento macroeconómico importante para manter a Região na trajectória de desenvolvimento, já seguida há vários anos e que se traduz no crescimento sustentado e equilibrado de toda a Região.



## **II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA**

### **A) ECONOMIA MUNDIAL**

No ano de 2009, registaram-se quebras nas actividades produtivas em termos internacionais, mas situando-se a um nível global menos grave do que o inicialmente previsto.

Efectivamente, naquele ano, a evolução do agregado do Produto Interno Bruto a nível mundial traduziu-se na taxa média anual negativa de -0,6%, mas não atingindo a intensidade perspectivada há cerca de um ano atrás, quando se admitia a projecção de uma quebra de produção na ordem de -1,4%.



### Evolução da Economia Mundial

Taxa de Variação, em percentagem

	2007	2008	2009	2010*
<b>PIB Economia mundial</b>	5,2	2,8	-0,6	4,8
Economias avançadas	2,7	0,2	-3,2	2,7
EUA	2,0	0,0	-2,6	2,6
Japão	2,3	-1,2	-5,2	2,8
Área do euro	2,6	0,5	-4,1	1,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	8,3	6,0	2,5	7,1
Rússia	8,1	5,2	-7,9	4,0
China	13,0	9,6	9,1	10,5
Índia	9,3	6,4	5,7	9,7
Médio Oriente e Norte de África	6,3	5,0	2,0	4,1
Brasil	5,7	5,1	-0,2	7,5
<b>Volume de comércio mundial de bens e serviços</b>	7,2	2,9	-11,0	11,4
Economias avançadas				
Importações	4,7	0,4	-12,7	10,1
Exportações	6,2	1,9	-11,4	11,0
Economias emergentes e em desenvolvimento				
Importações	13,8	9,0	-8,2	14,3
Exportações	9,5	4,6	-7,8	11,9
<b>Preços no consumidor</b>				
Economias avançadas	2,2	3,4	0,1	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,4	9,2	5,2	6,2
<b>Preços internacionais de matérias-primas (dólares dos EUA)</b>				
Petróleo ( <i>brent</i> )	10,7	36,4	-36,3	23,3
Matérias-primas não energéticas	14,1	7,5	-18,7	16,8

\* Projecções.

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Outubro 2010.

A queda absoluta de produção foi significativamente condicionada pela redução no volume de comércio internacional de bens e serviços, na sequência da desaceleração iniciada em fase anterior nas economias avançadas. Já em 2007 o ritmo de crescimento das importações das economias avançadas não acompanhou o ritmo da produção económica mundial, situando-se, respectivamente, às taxas médias anuais de 4,7% e 5,2%.



De então para cá, à medida que o processo se foi difundindo e agravando através da acumulação da turbulência financeira com o colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008, o crescimento real da economia mundial foi ficando mais dependente dos factores internos às economias emergentes em desenvolvimento.

Entretanto, e depois do agravamento do ritmo recessivo no ano de 2009, os dados sobre a evolução intra-anual apontam no sentido da recuperação do comércio internacional e na produção da maior parte dos países, perspectivando-se já em 2010 indícios de retoma, com o comércio internacional a reocupar a condição de factor dinamizador da economia mundial.

As previsões apontam no sentido de que a retoma tem vindo a recuperar mais do que as estimativas projectadas, beneficiando da implementação de medidas de relançamento das economias e, por outro lado, favorecendo a inversão nas perdas de confiança.

A evolução dos preços integra-se nas dinâmicas das economias a nível internacional, confirmando aspectos de diferenças estruturais entre as economias avançadas e as emergentes em desenvolvimento e, também, aspectos de ritmo cíclico e conjuntural. Em 2009 a inflação média desceu, reflectindo a subutilização de capacidade produtiva, assim como a correcção descendente dos preços em matérias-primas. Todavia a evolução intra-anual dos preços voltou a registar índices crescentes, o que é compaginável com pressões decorrentes de retoma económica.



Margens reduzidas de intervenção e de regulação económica tradicionais, a par de certos desequilíbrios em mercados financeiros, apontam para a necessidade de assegurar condições de confiança nos mercados, com políticas de estabilização e consolidação de índole fiscal e financeira, a um nível de coordenação internacional de políticas com efeitos globais.

## **B) ECONOMIA NACIONAL**

Depois da estagnação económica em 2008, traduzida numa taxa de variação média anual nula, a economia portuguesa entrou em recessão durante o ano de 2009, registando uma taxa média anual de -2,6%.

Esta evolução integra-se no quadro de deterioração da actividade económica a nível mundial e de crise nos mercados financeiros internacionais. Todavia, sendo certo que a recessão atingiu aquela taxa de -2,6%, é verdade que, por outro lado, a quebra de produção não assumiu a gravidade admitida dos cenários traçados pelas diversas instituições, cujas taxas ultrapassavam decréscimos de -3,0%.



### Evolução da Economia Portuguesa

Cenário Macroeconómico

	2007	2008	2009	2010 (p)			
				MFAP	CE	BdP	OCDE
<b>1. Despesa e PIB</b> (variação em volume, em %)							
Consumo Privado	1,6	1,8	-1,0	2,0	1,0	1,8	1,5
Consumo Público	0,0	0,6	3,0	1,9	-0,3	1,5	-0,9
Investimento (FBCF)	3,1	-1,8	-11,9	-2,0	-4,2	-4,2	-5,4
Exportações	7,5	-0,3	-11,8	8,6	3,8	7,9	5,3
Importações	5,6	2,8	-10,8	6,7	1,1	4,2	1,9
<b>PIB</b>	1,9	0,0	-2,6	1,3	0,5	1,2	1,0
<b>2. Preços</b> (taxas de variação, em %)							
Deflador do PIB	3,0	2,0	1,2				
Taxa de Inflação (a)	2,5	2,6	-0,8	1,3	1,0	1,4	0,9
<b>3. Emprego e desemprego</b>							
Emprego Total (taxa de variação, %)	0,0	0,4	-2,4	-1,4			
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	9,5	10,6	9,9	-	10,6
<b>4. Administrações Públicas (% do PIB)</b>							
Saldo das Administrações	-2,8	-2,8	-9,3	-7,3	-8,5	-	-7,4
Dívida Pública	62,7	65,4	76,1	82,4	85,8	-	-

Notas:(a)Variação média anual;

(p)previsões e estimativas:

MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública.

CE – Comissão Europeia, Previsões da Primavera.

BdP – Banco de Portugal, Boletim Económico.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Fontes:Ministério das Finanças e da Administração Pública, Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, Março 2010,

Previsões Macroeconómicas actualizadas em 7 de Outubro de 2010 e Proposta de Orçamento de Estado para 2011.

Para este tipo de moderação geral contribuiram as diversas componentes da procura, exceptuando apenas a de exportações, particularmente para os mercados externos actualmente mais representativos. Mesmo a componente de investimento (FBCF), que se caracteriza por volatilidades maiores, registou uma quebra efectiva menor que a inicialmente projectada. A componente de consumo público assumiu a sua função própria de incentivo a condições estabilizadoras, tendo registado um acréscimo à taxa média anual de 3,0%.



Em termos da oferta, a recessão económica difundiu-se entre indústrias e serviços, mas atingiu de forma mais intensa as actividades produtivas de bens materiais e transaccionáveis, como é revelado por uma queda abrupta no índice de produção da indústria transformadora. Já no sector da construção observou-se uma redução mais moderada e a análise intra-anual permite mesmo observar um certo comportamento contracíclico, na lógica de efeitos da implementação de medidas de estímulo à economia.

O tipo e a intensidade de variação nas actividades económicas geraram e acentuaram efeitos em relação à capacidade produtiva instalada, implicando subutilização de recursos e favorecendo a redução de preços. Por exemplo, o volume de população activa empregue decresceu à taxa média anual de -2,4% e a desempregada atingiu a taxa média anual de 9,5%. Já a inflação, medida pelo IPC – Índice de preços no Consumidor, registou uma redução no índice médio de bens e serviços.

Nestes termos, verificou-se um aumento de nível vida médio da população activa empregue, cujo volume, todavia, diminuiu, engrossando o desemprego e, por esta via, o valor do agregado de rendimento disponível das famílias.

Tendo o consumo público crescido de forma significativa, como foi visto atrás, e, por outro lado, as receitas fiscais sido penalizadas por via da quebra nas actividades económicas, o Saldo das Administrações Públicas



traduziu-se num défice de -9,3% do PIB e numa acumulação de Dívida Pública que atingiu 76,3% do mesmo PIB.

Em síntese, há dados que apontam no sentido de retoma económica, mas com forte grau de incerteza quanto à sua trajectória, sendo necessário gerir equilíbrios entre medidas de consolidação e de reorientação económica, com a finalidade de minimizar efeitos demasiado adversos ao próprio crescimento económico.

### C) Economia Regional

#### RECURSOS HUMANOS

No ano de 2009, e segundo estimativas oficiais, a população residente nos Açores somava um total de 245 374 habitantes. Este número integra um acréscimo de 594 habitantes em relação ao ano anterior, correspondendo a uma taxa média de variação anual de 0,24%.

A variação global combina variações positivas, quer da componente natural (saldo fisiológico), quer da componente migratória, traduzindo-se cada uma em 353 e 241 habitantes, respectivamente.

*Decomposição da Evolução Demográfica*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
População	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006	244 780	245 374
Saldo natural	445	550	579	471	597	562	353
Saldo migratório	812	632	458	306	391	212	241

\* Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA.



A distribuição da população segundo os grandes grupos etários situa-se no âmbito de tendências de anos anteriores.

De facto, as estimativas apontam no sentido de uma concentração na pirâmide etária dos escalões de residentes com idade activa, não só pela progressão natural de elementos jovens, como também da agregação de novos elementos por via da atractividade revelada pelo saldo migratório. Todavia, esta componente estará sujeita a maior variabilidade por efeitos decorrentes de ciclos de evolução socioeconómica.

Já no grupo etário dos 0-14 anos evidencia-se a redução mais regular e progressiva de representatividade.

	1991	2001	2007	2008	2009	%
0-14 anos	26,4	21,4	19,0	18,8	18,5	
15-64 anos	61,1	65,6	68,6	68,8	69,0	
65 e + anos	12,5	13,0	12,4	12,4	12,5	

Fonte: - INE.

## ASPECTOS MACROECONÓMICOS

### O Crescimento Económico

O valor preliminar de 3 395 milhões de euros do Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores em 2008 representa um crescimento à taxa média anual de 2,3% em termos reais.

A esta evolução correspondeu uma quota de participação no âmbito da economia portuguesa de 2,04 e um rendimento per capita de 13,9 mil euros, que representou 89% da média registada no conjunto do país.



### Produto Interno Bruto - a Preços de Mercado

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
1. Açores	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343	3 395
2. País	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 119	166 437
% (1/2)	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05	2,04
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7	13,9

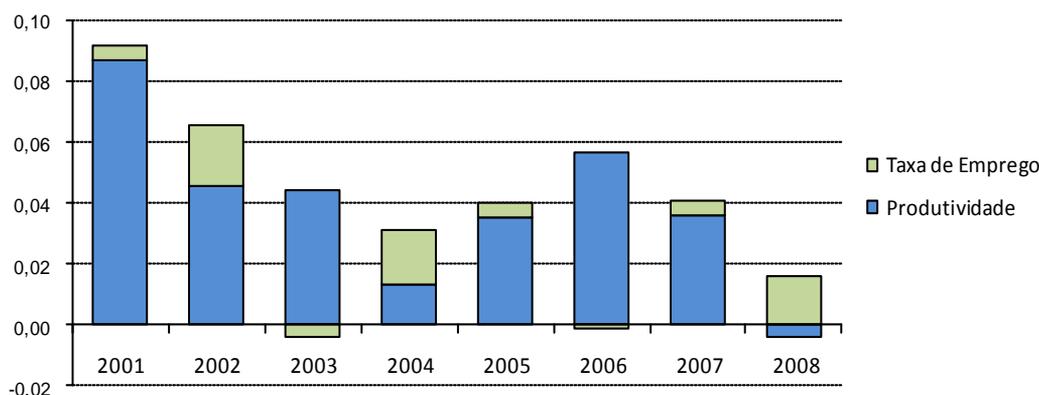
\* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Analisando a evolução da riqueza através de componentes de crescimento, verifica-se que os dados apontam para uma alteração significativa durante o ano de 2008.

De facto, a desaceleração da produção face ao volume de população activa empregue reflectiu-se nos níveis médios de produtividade, ficando os acréscimos de produção global mais dependentes do volume de emprego.

### Crescimento do PIB/Hab. e Componentes



A desaceleração económica ter-se-á repercutido de forma mais intensa em actividades produtoras de bens mercantis e transaccionáveis do que em serviços.

Efectivamente, e observando o quadro sobre o Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade, verifica-se que os serviços registam a maiores variações positivas.



**VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)**

Actividades	Unid.: milhões de Euros							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Primárias	295	311	313	323	321	316	318	276
Industriais e energia	193	216	232	248	265	289	313	317
Construção	166	172	161	173	162	164	174	173
Comerciais	484	517	544	569	594	628	653	679
Financeiras	325	332	371	373	406	424	445	494
Outros serviços	707	769	798	824	849	916	962	997
Total	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 865	2 936

\* Resultados preliminares.  
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

## **Mercado de Emprego**

No ano de 2009, a população activa na ordem de 120 mil indivíduos representa um crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior. Sendo este ritmo de crescimento superior ao da população total, observou-se um maior grau de utilização dos recursos humanos, atingindo-se uma taxa de actividade de 49,1%, enquanto no ano anterior fora de 48,2%.

A participação da mulher no mercado de trabalho traduziu-se numa taxa de actividades de 39,7%, representando um acréscimo líquido significativo em relação à evolução média global.

Apesar da evolução positiva na capacidade de oferta líquida de emprego registou-se um acréscimo de desemprego: de facto, observou-se uma oferta efectiva de emprego maior, que se estima ter atingido 112 171 indivíduos; todavia o ritmo ainda mais intenso da procura implicou um maior desequilíbrio no mercado de trabalho, traduzindo-se numa taxa de desemprego de 6,7%, enquanto no ano anterior fora de 5,5%.



**Condição da População Perante o Trabalho**

	Nº Individuos						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População Activa	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582	120 290
Empregada	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168	112 171
Desempregada	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414	8 118
População Inactiva	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540	124 904
Tx. de Actividade (%)	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2	49,1
Tx. de Act. Feminina (%)	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4	39,7
Tx. de Desemprego (%)	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5	6,7

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Em termos da população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores, particularmente através da redução na componente classificada como doméstica e do aumento na de reformados.

Na componente residual e classificada de “Outra” encontra-se como parte representativa a população estudantil.

**População Inactiva - %**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Domésticos	27,3	27,3	26,6	25,2	24,8	23,1	21,6
Reformados	16,4	15,8	16,0	17,4	17,6	19,8	20,2
Outros	56,3	56,9	57,4	57,5	57,6	57,1	58,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O sector terciário tem revelado capacidade de gerar oferta de emprego líquida, não só como efeito significativo de serviços públicos, mas também através de diversos serviços comerciais.

No sector secundário registaram-se reduções líquidas de postos de trabalho, destacando-se de forma mais expressiva em actividades de construção.



O sector primário registou um decréscimo no último ano, mas integrando-se num patamar de relativa estabilidade, cuja grandeza se situa à volta de 12%.

**População Activa Empregada por Sectores de Actividade - %**

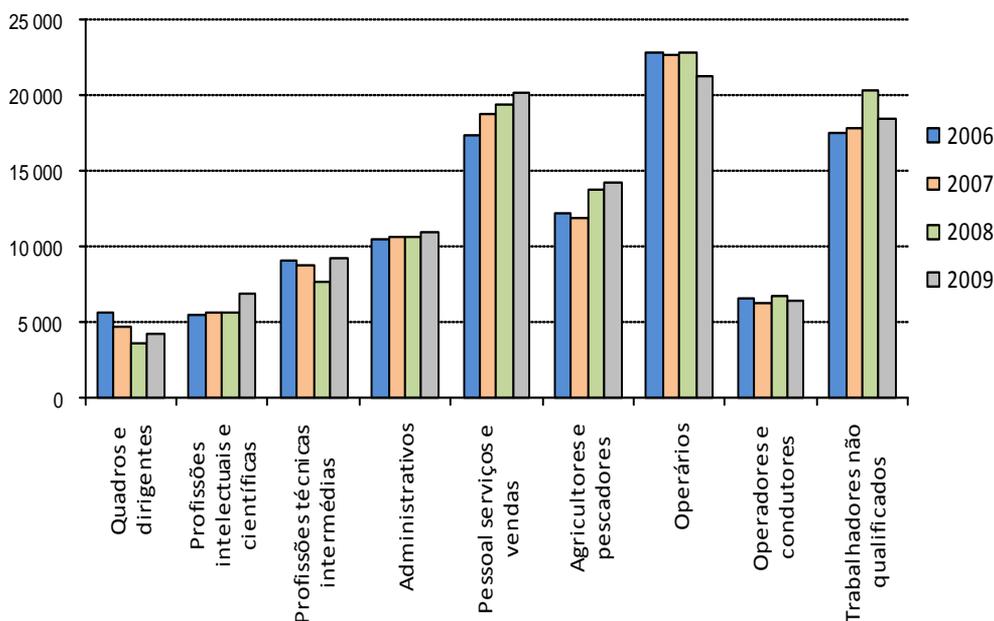
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sector Primário	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0	13,1	12,7
Sector Secundário	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8	26,7	24,4
Sector Terciário	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2	60,2	62,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O alargamento da população activa no sector terciário incorpora um processo de envolvimento de empregos em profissões mais exigentes em competências e habilitações.

Complementarmente, profissões de trabalhadores não qualificados, de operadores ou condutores e de operários registaram decréscimos em 2009. Aliás, o seu nível de emprego é mais condicionável pelos ciclos de actividade económica.

**População Activa Empregada, por Profissão**





Observando a distribuição da população activa empregada segundo a situação na profissão, evidencia-se o predomínio e uma certa tendência ao reforço na categoria por conta de outrem.

Já dentro desta categoria sobressai a subcategoria de trabalhadores sem termo.

*População Activa Empregada, por Situação na Profissão - %*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Conta de Outrem	75,6	78,0	78,1	78,4	78,5	78,6	79,1
Sem termo	57,7	60,3	62,2	63,1	62,5	62,1	62,2
Com termo	14,3	13,9	12,8	12,6	13,8	13,5	13,3
Outros	3,6	3,8	3,2	2,7	2,2	3,0	3,6
Conta Própria	21,8	19,9	19,9	19,4	19,1	19,9	19,4
Familiar e Outras	2,6	2,1	2,0	2,2	2,4	1,5	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

## Preços no Consumidor

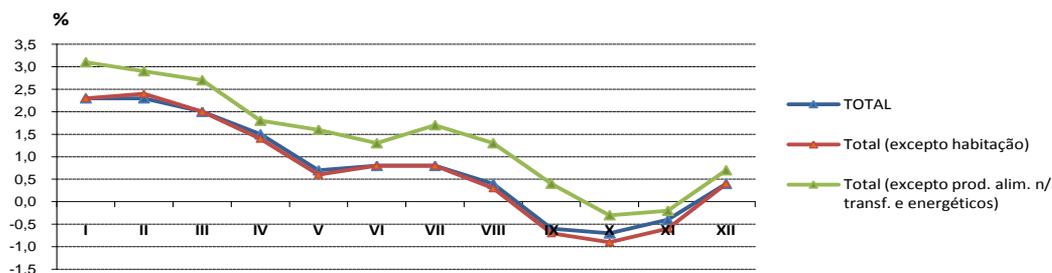
Em 2009, a evolução média dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa de 0,8%, situando-se a um nível significativamente inferior ao de 3,5% do ano anterior. Esta evolução média correspondeu a um processo de desaceleração de preços que se acentuou por via da componente de produtos Alimentares não transformados e de Energéticos.

Efectivamente observando a evolução intra-anual, através das taxas de variações homólogas, verifica-se que as variações de preços seriam mais elevadas se se excluíssem do cabaz de produtos de referência os produtos Alimentares não transformados e os Energéticos. Neste caso a evolução



média dos preços no consumidor atingiria 1,4%, em vez dos 0,8% referidos inicialmente.

*Evolução de Preços no Consumidor*



De qualquer forma, a evolução geral ao longo do ano de 2009 foi reveladora de uma tendência integrável num processo de desaceleração de preços.

Apenas os dados dos últimos meses parecem mostrar alteração naquela tendência, mostrando mesmo indícios no sentido da própria inversão.

## **INDICADORES DE ACTIVIDADE – EVOLUÇÃO RECENTE**

Observando os indicadores simples de conjuntura, verifica-se que o ano de 2009 regista a maior frequência em quebras de actividade e com maiores graus de intensidade, enquanto os dados trimestrais mais recentes de 2010 revelam sinais de estabilização ou mesmo de retoma e aceleração de crescimento.

Efectivamente, os dados mais recentes já registam taxas de variação positivas ou, então, aparentam integrar-se em trajectórias com esse sentido. Por exemplo, a evolução do número de licenças de obras atingiu o crescimento de 3,1% no 2º trimestre de 2010, como que confirmando uma



inversão de ciclo ocorrida em 2009 e antecipando uma certa correlação com a oferta de cimento que, por definição, será mais coincidente com evolução efectiva das actividades económicas.

*Indicadores Simples de Conjuntura*

	2007 Δ %	2008 Δ %	2009 Δ %	1º Trim 2010 Δ %	2º Trim 2010 Δ %
Leite Entregue nas Fábricas ( litros)	0,1	1,9	4,7	0,7	0,5
Pesca Descarregada nos Portos (mil toneladas)	33,9	-27,4	-18,1	-16,7	-23,8
Licenças de Obras (nº)	-11,2	-17,4	-35,2	-8,7	3,1
Oferta de Cimento ( toneladas)	6,7	-9,1	-14,6	-2,8	-2,0
Consumo de Electricidade (GWh)	4,0	3,5	0,4	3,0	3,7
Dormidas na hotelaria (nº)	0,4	-4,8	-10,9	-8,3	-3,3
Venda de Automóveis Ligeiros Novos (nº)	-11,2	12,9	-26,1	61,2	35,0

Fonte: SREA, Boletim Trimestral de Estatística



### III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

#### A) Sector Público Administrativo

O orçamento da Região Autónoma dos Açores registava, a 30 de Setembro do corrente ano, uma execução da despesa de 851,4 milhões de euros (59,7%), por contrapartida de uma receita arrecadada de 851,7 milhões de euros (59,7%).

#### Receita

A desagregação da receita por grandes agregados, a 30 de Setembro de 2010, bem como os respectivos níveis de execução, constam do quadro a seguir apresentado.

	Unidade: Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
<b>1. Receitas Correntes</b>	<b>689.214.071,00</b>	<b>493.008.572,01</b>	<b>71,5%</b>
Impostos Directos	183.850.000,00	123.714.943,63	67,3%
Impostos Indirectos	316.715.000,00	208.727.399,25	65,9%
Contribuições para a Segurança Social	4.600.000,00	3.286.608,63	71,4%
Taxas, multas e outras penalidades	8.700.000,00	5.612.460,46	64,5%
Rendimentos de propriedade	24.287.571,00	1.508.238,96	6,2%
Transferências Correntes	149.331.500,00	149.334.219,06	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	640.000,00	321.648,02	50,3%
Outras Receitas Correntes	1.090.000,00	503.054,00	46,2%
<b>2. Receitas de Capital</b>	<b>443.579.600,00</b>	<b>172.864.939,73</b>	<b>39,0%</b>
Venda de Bens de Investimento	270.000,00	52.898,98	19,6%
Transferências de Capital	389.409.600,00	171.172.899,98	44,0%
Activos Financeiros	1.200.000,00	263.441,76	22,0%
Passivos Financeiros	50.000.000,00	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	200.000,00	2.930,86	1,5%
Reposições	2.500.000,00	1.372.768,15	54,9%
<b>3. Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>294.316.582,00</b>	<b>185.839.649,90</b>	<b>63,1%</b>
<b>4. Total ( 1+2+3)</b>	<b>1.427.110.253,00</b>	<b>851.713.161,64</b>	<b>59,7%</b>



No final do terceiro trimestre, as receitas correntes tinham originado uma arrecadação de 493,0 milhões de euros, 71,5% do valor orçamentado, evidenciando-se, à semelhança do ano anterior, os impostos indirectos, com 208,7 milhões de euros, as transferências, com 149,3 milhões de euros e os impostos directos, com 123,7 milhões de euros. Estes três agregados representaram, no seu conjunto, 97,7% da receita corrente e 56,6% do total das receitas contabilizadas.

No que concerne às receitas de capital, verificou-se uma execução de 172,9 milhões de euros, ou seja, 39,0% do orçamentado. Destacam-se, neste agregado, as transferências de capital que, com uma execução de 171,2 milhões de euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (99,0%) e 20,1% do total da receita.

A desagregação da receita pelas suas principais componentes, excluindo as operações extra-orçamentais, é apresentada no quadro seguinte.

	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
<b>Receitas Totais</b>	<b>1.132.793.671,00</b>	<b>665.873.511,74</b>	<b>58,78%</b>
Receitas Fiscais	509.265.000,00	338.054.803,34	66,38%
IRS	152.250.000,00	101.243.049,14	66,50%
IRC	31.500.000,00	22.445.929,14	71,26%
IVA	186.500.000,00	122.618.341,15	65,75%
Outras Receitas Fiscais	139.015.000,00	91.747.483,91	66,00%
Transferências do O.E.	380.166.700,00	269.805.158,68	70,97%
Transferências do U.E.	158.574.400,00	50.701.960,36	31,97%
Passivos Financeiros	50.000.000,00	0,00	0,00%
Outras Receitas	34.787.571,00	7.311.589,36	21,02%



As receitas fiscais situaram-se nos 338,1 milhões de euros, o correspondente a uma execução de 66,4%, representando 50,8% do total da receita.

Dada a relevância que as receitas fiscais assumem no total da receita, é apresentado de seguida, um quadro com a desagregação dos diferentes impostos.

Unidade: euros

	<b>Dotação</b>	<b>Execução</b>	<b>%</b>
<b>Impostos Directos</b>	<b>183.850.000,00</b>	<b>123.714.943,63</b>	<b>67,29%</b>
IRS	152.250.000,00	101.243.049,14	66,50%
IRC	31.500.000,00	22.445.929,14	71,26%
Diversos	100.000,00	25.965,35	25,97%
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>316.715.000,00</b>	<b>208.727.399,25</b>	<b>65,90%</b>
ISP	56.700.000,00	38.869.569,55	68,55%
IVA	186.500.000,00	122.618.341,15	65,75%
ISV	10.500.000,00	6.326.463,55	60,25%
Imposto sobre o consumo de tabaco	25.725.000,00	18.855.062,30	73,29%
IABA	6.090.000,00	3.873.700,82	63,61%
Imposto de selo	29.400.000,00	16.516.664,04	56,18%
Diversos	1.800.000,00	1.667.597,84	92,64%
<b>Taxas, multas e outras Penalidades</b>	<b>8.700.000,00</b>	<b>5.612.460,46</b>	<b>64,51%</b>
<b>RECEITA FISCAL</b>	<b>509.265.000,00</b>	<b>338.054.803,34</b>	<b>66,38%</b>

Os Impostos Directos, com uma receita arrecadada de 123,7 milhões de euros, representaram 36,6% do total da receita fiscal, evidenciando-se neste agregado o IRS que, com uma execução de 101,2 milhões de euros, correspondeu a 81,8% destes Impostos.

Os Impostos Indirectos foram, uma vez mais, o agregado que mais contribuiu para o total da receita fiscal, tendo atingido os 208,7 milhões de euros, 65,9% do valor orçamentado. No âmbito destes, destacam-se o IVA,



o ISP, o Imposto sobre o consumo do tabaco e o Imposto de selo , com 122,6 milhões de euros, 38,9 milhões de euros, 18,9 milhões de euros e 16,5 milhões de euros, respectivamente que, no seu conjunto, contribuíram com 196,9 milhões de euros (94,3%).

As taxas, multas e outras penalidades contabilizaram 5,6 milhões de euros e registavam uma taxa de execução de 64,5%.

## Despesa

A desagregação da despesa por grandes agregados, a 30 de Setembro de 2010, foi a que abaixo se evidencia.

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>614.206.809,00</b>	<b>440.346.618,69</b>	<b>71,7%</b>
Despesas com Pessoal	320.728.212,00	232.697.213,41	72,6%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	18.430.536,00	11.433.264,48	62,0%
Juros e Outros Encargos	9.500.000,00	6.788.079,75	71,5%
Transferências Correntes	243.526.523,00	180.568.630,73	74,1%
Outras despesas Correntes	22.021.538,00	8.859.430,32	40,2%
<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>1.662.701,00</b>	<b>678.474,47</b>	<b>40,8%</b>
Aquisição de Bens de Capital	1.060.901,00	227.124,47	21,4%
Outras despesas de Capital	601.800,00	451.350,00	75,0%
<b>3. Despesas do Plano</b>	<b>516.924.161,00</b>	<b>226.444.674,22</b>	<b>43,8%</b>
<b>4. Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>294.316.582,00</b>	<b>183.942.649,37</b>	<b>62,5%</b>
<b>5. Total (1+2+3+4)</b>	<b>1.427.110.253,00</b>	<b>851.412.416,75</b>	<b>59,7%</b>

As despesas correntes apresentaram uma execução de 440,3 milhões de euros, evidenciando-se as Despesas com Pessoal e as Transferências Correntes, que com uma execução de 232,7 milhões de euros e 180,6 milhões de euros, respectivamente, representaram, no seu conjunto, 93,9% do total destas.



As despesas de capital, apresentaram uma execução de 678,5 mil euros, correspondendo a uma taxa de realização de 40,8%.

A desagregação da despesa, nas suas componentes de funcionamento e de investimento, sem operações extra-orçamentais é a que de seguida se evidencia.

	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
<b>Despesas Totais</b>	<b>1.132.793.671,00</b>	<b>667.469.767,38</b>	<b>58,92%</b>
Funcionamento	615.869.510,00	441.025.093,16	71,61%
Despesas com Pessoal	320.728.212,00	232.697.213,41	72,55%
Remunerações certas	259.845.089,00	189.029.230,43	72,75%
Abonos variáveis	7.563.785,00	4.682.588,18	61,91%
Segurança Social	53.319.338,00	38.985.394,80	73,12%
Transferências	243.526.523,00	180.568.630,73	74,15%
Juros e outros encargos	9.500.000,00	6.788.079,75	71,45%
Outras	42.114.775,00	20.971.169,27	49,80%
Investimento	516.924.161,00	226.444.674,22	43,81%

Nas despesas de funcionamento, são os encargos com pessoal e as transferências, as rubricas que assumem maior peso, tendo contabilizado no seu conjunto 413,3 milhões de euros, 93,7% do total destas despesas.

No final do terceiro trimestre, as despesas com pessoal registaram, uma execução de 232,7 milhões de euros, correspondente a 72,6% do valor orçamentado.

As transferências apresentaram uma execução de 180,6 milhões de euros, o que equivaleu a um grau de execução de 74,2%. Do referido valor, 159,0 milhões de euros, foram transferidos para o Serviço Regional de Saúde.



As despesas de investimento atingiram os 226,4 milhões de euros, valor que correspondeu a uma de execução de 43,8% e que representa 33,9% do total da despesa executada.



## B) Administração Local

Os municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram em 2009 receitas no valor total de 220,1 milhões de euros, verificando-se um aumento de 6,2%, relativamente ao ano anterior.

O destaque, em termos de receitas, vai para as transferências dos fundos comunitários, que registaram um aumento de quase 98%, e também para as transferências do Governo Regional, com um crescimento da ordem dos 45%.

Receitas	2007		2008		2009		2008/09
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Receitas Locais	52.113.730	28,0	52.103.377	25,1	57.898.475	26,3	11,1
Fundos Orçamento do Estado	91.680.561	49,2	96.124.922	46,4	95.915.059	43,6	-0,2
Fundos Comunitários	14.995.126	8,1	15.044.492	7,3	29.772.985	13,5	97,9
Transferências - Governo Reg	5.897.026	3,2	7.626.663	3,7	11.038.358	5,0	44,7
Outras Transferências	4.277.472	2,3	11.302.152	5,5	4.631.979	2,1	-59,0
Empréstimos	17.288.433	9,3	25.134.503	12,1	20.880.855	9,5	-16,9
<b>Totais</b>	<b>186.252.348</b>	<b>100</b>	<b>207.336.109</b>	<b>100</b>	<b>220.137.712</b>	<b>100</b>	<b>6,2</b>

Despesas	2007		2008		2009		2008/09
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Pessoal	47.031.485	25,5	48.167.976	23,3	50.593.462	23,0	5,0
Bens	7.458.803	4,0	8.038.143	3,9	8.124.185	3,7	1,1
Serviços	19.455.805	10,5	19.246.577	9,3	19.194.840	8,7	-0,3
Juros	6.138.345	3,3	7.254.987	3,5	6.016.477	2,7	-17,1
Amortizações	13.470.190	7,3	13.787.466	6,7	18.419.414	8,4	33,6
Investimentos	68.386.252	37,1	84.099.491	40,7	89.869.302	40,9	6,9
Transf p/ instituiç n/ lucrativas	12.098.454	6,6	11.365.172	5,5	11.265.400	5,1	-0,9
Outras Transferências	4.471.010	2,4	4.014.622	1,9	5.824.170	2,7	45,1
Outras Despesas	6.038.027	3,3	10.875.677	5,3	10.452.286	4,8	-3,9
<b>Totais</b>	<b>184.548.371</b>	<b>100</b>	<b>206.850.112</b>	<b>100</b>	<b>219.759.537</b>	<b>100</b>	<b>6,2</b>

O montante recebido dos fundos comunitários foi de 29,8 milhões de euros, o que representa o valor mais alto dos últimos 6 anos. O



comportamento desta fonte de receita está directamente relacionado com a evolução do aproveitamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Por seu turno, as transferências do Governo Regional, resultantes dos contratos ARAAL de cooperação e colaboração financeira com os municípios, ultrapassaram os 11 milhões de euros, o que constitui o maior valor absoluto deste tipo de receita. Este aumento assinalável, contribui para o financiamento de 9% do investimento municipal.

Por outro lado, as receitas locais cresceram 11%, um valor assinalável, depois de descido ligeiramente em 2008. Estas receitas representam 26,3% da receita total e financiam essencialmente despesas correntes.

A dívida bancária no final de 2009 tinha aumentado 5%, face a Dezembro de 2008, mas é nas dívidas não bancárias que se regista um aumento mais assinalável – 87%. O valor destas dívidas atingia 101 milhões de euros em 2009, face a uma dívida bancária de 163 milhões de euros.

Endividamento	2007		2008		2009		2008/09
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Dívida bancária	142.810.881	79,2	154.218.499	74,0	162.637.757	61,6	5,5
Dívida não bancária	37.413.897	20,8	54.295.607	26,0	101.485.762	38,4	86,9
<b>Totais</b>	<b>180.224.778</b>	<b>100</b>	<b>208.514.106</b>	<b>100</b>	<b>264.123.518</b>	<b>100</b>	<b>26,7</b>

Quanto às despesas, verificou-se um aumento global de 6,2%, ou seja, tiveram a mesma taxa de crescimento das receitas, verificando-se no entanto, comportamento diverso nas suas componentes. As despesas de pessoal aumentaram 5%, ou seja, mais do que o simples aumento de



vencimentos, que não atingiu os 2%. As remunerações aumentaram 3%, mas os encargos com a segurança social cresceram 13%.

Por outro lado, o investimento municipal, a maior parcela das despesas municipais (41%), aumentou 7%, situando-se perto dos 90 milhões de euros, um valor que apesar de ser o mais elevado dos últimos 6 anos, não atinge os níveis de 2002 e 2003 (135 e 99 milhões de euros). Em termos de fontes de financiamento do investimento municipal, temos as seguintes:

Administração Regional – 9%; Fundos OE – 31%; Fundos Comunitários – 26%; Empréstimos – 16%; Outra receitas – 18%. Refira-se ainda que 6% destes 90 milhões de euros foi realizado pelas freguesias, recebendo estas verbas dos municípios e que 39% do investimento realizado foi na área de rede viária, seguindo-se o sector de educação e desporto (17%) e abastecimento de água e redes de esgotos (12%).

### Balanço e Demonstração de Resultados

Desde 2002, os municípios utilizam o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), tendo procedido desde então, e de forma gradual, ao inventário dos seus bens activos e passivos, bem como ao apuramento do resultado líquido do exercício.

Em 2009, os municípios tinham um activo líquido total da ordem dos 1.180 milhões de euros, onde o imobilizado representava 95%. Este valor elevado, explica-se pela natureza dos municípios, vocacionados para



a realização de obras, em grande parte por empreitadas e com pouco volume de dívidas a receber, que no entanto aumentaram 37% em 2009.

Cerca de 53% do activo é coberto por fundos próprios e 22% é suportado por dívidas a outras entidades.

O resultado líquido do exercício de 2009, do conjunto dos 19 municípios, foi de 1,9 milhões de euros, mas apresentou-se negativo em 10 destes, verificando-se grandes diferenças entre eles.

Além disso, o resultado líquido global tem vindo a baixar, sendo de 19 milhões em 2006, 12 milhões em 2007 e 5 milhões em 2008.



#### **IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL**

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para o ano de 2011, e por uma questão de facilidade e simplificação, utiliza os mesmos critérios e métodos que têm sido utilizados no passado recente, o que obviamente transmite transparência e rigor à referida proposta.

Tendo em atenção os objectivos programáticos do X Governo Regional, a política orçamental da presente proposta, insere-se num quadro de rigor de finanças públicas regionais, apesar da conjuntura económico-financeira internacional adversa, não obstante, o Governo Regional ter vindo a atenuar os seus efeitos, através do elevado volume de investimentos verificado em 2009 e em 2010 e que continuará em 2011, como pode ser comprovado na presente proposta.

Neste contexto, o Governo entendeu que deveria fazer um esforço no sentido de continuar a assegurar a plena execução dos fundos comunitários, sendo para o efeito necessário avançar com mais projectos de investimento que permitam essa execução. Esta estratégia permite incrementar a receita de fundos da União Europeia e, ao mesmo tempo, dá um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o aumento do emprego.

O Governo Regional, face ao contexto económico-social que se vive não descarta o prosseguimento da sua política de rigor e controlo das



suas despesas de funcionamento, as quais, apresentam um decréscimo de 0,9%.

De seguida apresenta-se a estrutura da proposta do ORAA para 2011, bem como a de 2010, excluindo-se o valor das operações extra-orçamentais.

### Síntese do ORAA

	Milhares de Euros	
	2010	2011
1. Receitas Correntes	689,2	705,0
2. Despesas Correntes	614,1	609,3
3. Encargos da Dívida Pública	9,5	10,5
4. Saldo Corrente (1-2)	75,1	95,7
5. Receitas de Capital	393,6	380,3
6. Empréstimos	50,0	32,0
7. Despesas de Capital	518,7	508,0
8. Amortização de Dívida	0,0	0,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-125,1	-127,7
10. Saldo Global (4+9)	-50,0	-32,0
11. Saldo Primário (10+3)	-40,5	-21,5

Do presente quadro, verifica-se que a proposta de orçamento para 2011 regista melhorias ao nível do saldo corrente (mais 20,6 milhões de euros), do saldo global (em 18 milhões de euros) e do saldo primário (em 19 milhões de euros).



## **A) Orçamento da Receita**

A receita global prevista para o ano de 2011 ascende a 1.354,3 milhões de euros. Excluindo-se o montante de 237 milhões de euros, orçamentado em sede de operações extra-orçamentais, o valor da receita atinge os 1.117,3 milhões de euros.

Para efeitos de análise comparativa, aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efectiva.

As receitas efectivas são compostas por três agregados – receitas próprias, transferências do Orçamento do Estado e transferências da União Europeia – os quais correspondem às principais fontes de financiamento do orçamento da Região.

As receitas próprias, que no seu conjunto representam 50,4% do total da receita efectiva continuam a ser a principal fonte de financiamento, aumentando em 2,4 pontos percentuais o seu peso.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 31,6% e 15,2%, respectivamente, do total da receita efectiva.



## **Receitas Próprias**

As receitas próprias previstas para 2011 atingem o montante de 563,3 milhões de euros, mais 3,5% do que o valor previsto para o corrente ano.

No âmbito das receitas próprias, destacam-se as receitas fiscais, as quais no seu conjunto, representam 92,8% do respectivo total.

A previsão das receitas fiscais para o ano de 2011 é de 522,9 milhões de euros, mais 2,7% do que o valor orçamentado para 2010.

Do conjunto de impostos que constituem as receitas fiscais, os valores estimados, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, tiveram por base a estimativa de execução projectada para o corrente ano, acrescida de taxas de variação que têm como referência as constantes da proposta de Orçamento de Estado para 2011.

Os impostos directos atingem uma previsão orçamental de 187,4 milhões de euros, mais 3,5 milhões de euros do que o valor orçamentado para o corrente ano, representando cerca de 35,8% do total das receitas fiscais.

A receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimada em 152,3 milhões de euros, valor que representa 81,3% do total dos impostos directos.



Para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estima-se uma receita de 35 milhões de euros, montante aproximado da receita esperada a arrecadar no corrente ano.

Os impostos indirectos atingem uma previsão orçamental de 326,5 milhões de euros, mais cerca de 10 milhões de euros do que o valor orçamentado em 2010.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) estima-se uma receita de 55 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao orçamentado para o corrente ano.

A receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) deverá ascender aos 201,3 milhões de euros. Esta previsão contempla a receita que se prevê receber em 2011 nos termos da Portaria do Ministério das Finanças que define a metodologia de apuramento do IVA, que constitui receita própria da Região.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 30 milhões de euros, montante que incorpora a alteração constante da proposta de Orçamento do Estado, nomeadamente, estabelecendo o valor do “elemento específico” em 15 €, montante igual ao fixado para a Região Autónoma da Madeira.

Para o Imposto do Selo estima-se uma receita de 21,5 milhões de euros, valor praticamente igual ao que se prevê arrecadar em 2011.



O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 10,5 milhões de euros, montante praticamente igual à estimativa de realização para o corrente ano.

Para o Imposto único de Circulação (IUC), estima-se, para 2011, uma de receita de 1,9 milhões de euros, montante ligeiramente superior à projecção de realização que se espera obter em 2010.

No que respeita às taxas, multas e outras penalidades, prevê-se uma receita global de 9 milhões de euros, dos quais, 5,3 milhões de euros, respeitam a multas e 3,7 milhões de euros, a multas e outras penalidades.

No âmbito deste capítulo, salienta-se o valor estimado para a taxa sobre embalagens não reutilizáveis, no montante de 4,7 milhões de euros, contemplando já o acréscimo de receita resultante do alargamento da respectiva base de incidência, estendendo-se a sua aplicação a outras bebidas alcoólicas para além da cerveja.

Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão de receita de 40,4 milhões de euros, a qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita que, naturalmente, não foram contemplados no agregado das receitas fiscais, nomeadamente, no âmbito da valorização do património da Região.



## **Transferências do Orçamento do Estado**

As transferências do Orçamento do Estado para 2011 estão estimadas em 352,6 milhões de euros, valor que foi determinado em função da rigorosa aplicação do definido na Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA).

Nos termos da LFRA, a Região estima receber 350,1 milhões de euros, sendo 291,8 milhões de euros, a título da solidariedade nacional e 58,3 milhões de euros, destinados ao fundo de coesão.

No âmbito destas transferências, está ainda previsto receber uma importância de 2,5 milhões de euros, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.

## **Transferências da União Europeia**

As transferências financeiras oriundas da União Europeia deverão atingir, em 2011, o montante global de 169,4 milhões de euros. Estas transferências correspondem ao co-financiamento comunitário de um conjunto de projectos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.



## **Operações Extra-orçamentais**

O valor global orçamentado para operações extra-orçamentais é de 237 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, outras operações de tesouraria e contas de ordem.

Os montantes previstos em cada um dos referidos grupos de receita atingem os 27,6 milhões de euros, os 185,6 milhões de euros e os 23,8 milhões de euros, respectivamente.



## **B) Orçamento da Despesa**

O valor da despesa global orçamentada para o ano de 2011 atinge o montante de 1.341,9 milhões de euros, incluindo uma previsão de 237,0 milhões de euros de operações extra-orçamentais.

A análise à despesa é efectuada, tal como nos anos anteriores, nos termos previstos da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região, de acordo com a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional das despesas.

### **Classificação Económica**

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respectivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos da análise comparativa, os montantes orçamentados para a dotação provisional, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para o ano de 2011, bem como a correspondente estrutura da previsão de execução em 2010.



### Estrutura da Despesa Global

	Euros		
	2010	2011	Var.
1. Despesas Correntes	606.839.965	596.900.395	-1,6%
Despesas com Pessoal	323.011.141	307.990.645	-4,7%
Transferências	243.526.523	248.408.675	2,0%
Aquisição de Bens e Serviços	18.464.140	17.994.267	-2,5%
Juros e outros Encargos	9.500.000	10.500.000	10,5%
Outras	12.338.161	12.006.808	-2,7%
2. Despesas de Capital	1.662.797	1.330.147	-20,0%
Aquisição de Bens	1.060.997	928.347	-12,5%
Outras	601.800	401.800	-33,2%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	608.502.762	598.230.542	-1,7%
4. Despesas do Plano	516.924.161	506.675.107	-2,0%
5. Operações Extra-orçamentais	294.316.582	237.011.303	-19,5%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.419.743.505	1.341.916.952	-5,5%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional.

A análise ao quadro permite constatar que, entre os anos de 2010 e de 2011, não se registam alterações significativas no peso relativo dos vários agregados da despesa, à excepção das operações extra-orçamentais.

As despesas de funcionamento registam, em 2011, um decréscimo de 1,7%, decorrente, fundamentalmente, da variação registada ao nível das despesas correntes.



Regista-se uma diminuição do peso relativo das operações extra-orçamentais, o que origina, conseqüentemente, um crescimento do peso das despesas de funcionamento e do plano de investimentos.

As despesas de funcionamento atingem o valor de 598,2 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,7% relativamente às correspondentes dotações do corrente ano.

No âmbito das despesas de funcionamento previstas para 2011, destacam-se as despesas correntes, com 596,9 milhões de euros orçamentados, as quais representam 99,8% do respectivo total.

As despesas correntes são compostas essencialmente por dois agregados económicos – despesas com pessoal e transferências – os quais, em conjunto, representam 93,2% do respectivo valor global previsto para o ano de 2011.

As despesas com pessoal estão orçamentadas no valor de 308,0 milhões de euros, menos 4,7% do que o respectivo montante estimado para o corrente ano de 2010, constituindo o agregado económico mais significativo, representando 51,6% do total das despesas correntes.

O valor orçamentado em despesas com pessoal foi estimado, tendo em consideração os efeitos da redução das tabelas salariais constantes na



proposta de Orçamento de Estado para 2011, já apresentado na Assembleia da República.

As despesas com as aquisições de bens e serviços atingem uma previsão global de 18,0 milhões de euros, menos 2,5% do que o previsto para o ano anterior, evolução claramente indiciadora da política de contenção e rigor imposta pelo Governo Regional a este agregado da despesa.

As dotações propostas para as transferências correntes atingem o valor de 248,4 milhões de euros, apenas mais 2,0% do que o registado no corrente ano, não obstante, observar-se, em 2011, um acréscimo de cerca de 2,1% nas transferências correntes destinadas ao financiamento dos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde. O valor do acréscimo das outras transferências é de apenas 1,5%.

Neste agrupamento económico das transferências estão orçamentadas as despesas com pessoal dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente, as dos serviços integrados no serviço Regional de Saúde, bem como, as dotações destinadas a assegurarem o pagamento do complemento regional de pensões.

Os juros da dívida pública atingem uma previsão orçamental de 10,5 milhões de euros, tendo em consideração montante da dívida directa da Região e a perspectiva de evolução da taxa de juros nos mercados financeiros.



As outras despesas correntes estão estimadas com uma dotação de 12 milhões de euros, dos quais, 11,1 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,3 milhões de euros, dos quais, 0,9 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e 0,4 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Salienta-se o facto de, à semelhança da evolução registada no caso das aquisições de bens e serviços correntes, igualmente ao nível das aquisições de bens de capital, observa-se uma redução, nestas últimas, de 12,5%, relativamente ao respectivo valor do corrente ano.

As despesas do plano contempladas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, para o ano de 2011, uma previsão orçamental de 506,7 milhões de euros.

O elevado volume de investimentos previstos para o ano de 2011, à semelhança do ocorrido nos últimos anos, traduz claramente a política prosseguida pelo Governo Regional de promover de forma directa e indirecta o investimento público e privado, que potencie o desenvolvimento económico e a coesão regional.



## Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respectivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2011, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais e respectiva comparação com os montantes atribuídos em 2010.

### Despesa Total

	2010	%	2011	Euros %
Assembleia Leg. da Região Autónoma dos Açores	12.135.270	0,9%	11.536.100	0,9%
Presidência do Governo Regional	47.503.358	3,3%	46.317.811	3,5%
Vice-Presidência do Governo Regional	322.988.844	22,7%	284.815.467	21,2%
Sec. Reg. da Educação e Formação	304.895.528	21,5%	291.843.951	21,7%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	89.926.680	6,3%	77.091.570	5,7%
Sec. Reg. da Economia	145.496.271	10,2%	132.374.157	9,9%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	80.037.199	5,6%	68.677.788	5,1%
Sec. Reg. da Saúde	236.450.551	16,7%	249.696.399	18,6%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	110.321.403	7,8%	107.708.660	8,0%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	69.988.401	4,9%	71.855.049	5,4%
<b>Total</b>	<b>1.419.743.505</b>	<b>100%</b>	<b>1.341.916.952</b>	<b>100%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional.

A análise a este quadro permite constatar que, entre os anos de 2010 e 2011, não se verificam alterações relevantes no peso relativo dos diversos departamentos regionais no total da despesa pública.

A Secretaria Regional da Educação e Formação, é o departamento regional com maior peso na estrutura da despesa para o ano de 2011, com



uma dotação global de 291,8 milhões de euros, detendo um peso de 21,7%, praticamente o mesmo que registava no ano anterior, apenas mais 0,2 pontos percentuais.

Neste departamento assumem maior relevância as dotações afectas à Direcção Regional da Educação e Formação, com 211,1 milhões de euros (72,3%), bem como as verbas incluídas no plano de investimentos, no montante de 67,5 milhões de euros (23,1%).

A Vice-Presidência do Governo, com uma dotação global de 284,8 milhões de euros, detém um peso de 21,2%, menos 1,5 pontos percentuais do que em 2010.

No âmbito deste departamento, salienta-se o montante orçamentado no capítulo 12 – operações extra-orçamentais, com uma verba de 213,9 milhões de euros e no capítulo 01 – Gabinete do Vice-Presidente, com uma dotação prevista de 48,1 milhões de euros.

A Secretaria Regional da Saúde, com uma dotação global de 249,7 milhões de euros detém, para 2011, um peso de 18,6%, mais 1,9 pontos percentuais do que detinha em 2010.

Neste departamento sobressai, fundamentalmente, a dotação afecta ao Serviço Regional de Saúde, com 217,5 milhões de euros, a qual representa 87,1% do total das verbas contempladas para este departamento.



O quadro seguinte apresenta uma estrutura semelhante à do quadro anterior, apenas excluindo as verbas orçamentadas em operações extra-orçamentais.

**Despesa Total**

	2010	%	2011	Euros %
Assembleia Leg. da Região Autónoma dos Açores	12.135.270	1,1%	11.536.100	1,0%
Presidência do Governo Regional	47.203.358	4,2%	45.997.806	4,2%
Vice-Presidência do Governo Regional	73.453.179	6,5%	70.908.788	6,4%
Sec. Reg. da Educação e Formação	295.967.537	26,3%	284.176.352	25,7%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	82.870.082	7,4%	72.719.972	6,6%
Sec. Reg. da Economia	138.279.993	12,3%	128.818.815	11,7%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	61.782.397	5,5%	64.888.928	5,9%
Sec. Reg. da Saúde	236.450.541	21,0%	249.696.389	22,6%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	107.956.165	9,6%	104.537.450	9,5%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	69.328.401	6,2%	71.625.049	6,5%
<b>Total</b>	<b>1.125.426.923</b>	<b>100%</b>	<b>1.104.905.649</b>	<b>100%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o das Operações Extra-Orçamentais.

A análise a este quadro permite constatar que não se registam, entre 2010 e 2011, alterações significativas.

A Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma dotação orçamental de 284,2 milhões de euros, é o departamento que detém o maior peso, com 25,7% do total da despesa.

A Secretaria Regional da Saúde, com uma dotação de 249,7 milhões de euros detém, em 2011, um peso relativo de 22,6%, mais 1,6 pontos percentuais do que registava em 2010.

No total, as dotações orçamentais afectas a estes dois departamentos regionais atingem, em 2011, o valor de 533,9 milhões de euros,



representando 48,3% do total da despesa, mais 1 ponto percentual do que em 2010.

O quadro seguinte apresenta as dotações afectas ao Plano de investimentos da Região para o ano de 2011 e sua comparação com as correspondentes dotações de 2010, incluídas no capítulo 40.

#### Plano de Investimentos

	2010	%	2011	Euros %
Presidência do Governo Regional	31.815.809	6,2%	31.783.655	6,3%
Vice-Presidência do Governo Regional	17.268.278	3,3%	16.543.475	3,3%
Sec. Reg. da Educação e Formação	72.743.902	14,1%	67.475.111	13,3%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	60.610.396	11,7%	52.041.059	10,3%
Sec. Reg. da Economia	129.512.708	25,1%	120.504.933	23,8%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	47.819.640	9,3%	51.012.968	10,1%
Sec. Reg. da Saúde	20.733.068	4,0%	29.875.209	5,9%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	75.210.578	14,5%	73.657.796	14,5%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	61.209.782	11,8%	63.780.901	12,6%
<b>Total</b>	<b>516.924.161</b>	<b>100%</b>	<b>506.675.107</b>	<b>100%</b>

No âmbito das despesas de investimento, a Secretaria Regional da Economia é o departamento com o maior volume de despesa, atingindo uma dotação global de 120,5 milhões de euros, 23,8% do total da despesa.

A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, com uma dotação de 73,7 milhões de euros, a Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma verba de 67,5 milhões de euros e a Secretaria Regional do Ambiente e dos Mar com uma previsão de 63,8 milhões de euros, são os departamentos regionais com valores igualmente significativos.



## Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2011, estabelecendo-se a comparação com os correspondentes montantes aprovados para ano de 2010.

### Estrutura da Despesa Global

	2010	%	2011	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	311.398.394	21,9%	295.562.881	22,0%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	311.398.394	21,9%	295.562.881	22,0%
2. Funções Sociais	667.830.813	47,0%	672.963.510	50,1%
2.01 Educação	284.949.622	20,1%	273.719.476	20,4%
2.02 Saúde	235.279.080	16,6%	248.613.280	18,5%
2.03 Segurança e Acção Social	25.983.918	1,8%	30.214.681	2,3%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	71.846.799	5,1%	73.025.128	5,4%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	49.771.394	3,5%	47.390.945	3,5%
3. Funções Económicas	371.399.158	26,2%	323.711.443	24,1%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	179.713.464	12,7%	154.539.430	11,5%
3.03 Transportes e Comunicações	109.423.312	7,7%	86.947.307	6,5%
3.05 Outras Funções Económicas	82.262.382	5,8%	82.224.706	6,1%
4. Outras Funções	69.115.140	4,9%	49.679.118	3,7%
4.01 Operações da Dívida Pública	9.500.000	0,7%	10.500.000	0,8%
4.03 Diversas não Especificadas	59.615.140	4,2%	39.179.118	2,9%
<b>Total</b>	<b>1.419.743.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.341.916.952</b>	<b>100,0%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional.

Da análise a este quadro, observa-se um aumento do peso das funções sociais. Efectivamente, estas atingem uma previsão global de



673,0 milhões de euros, mais 0,8% do que o correspondente valor do corrente ano, representando um peso de 50,1% no total da despesa pública prevista para o ano de 2011.

No âmbito destas funções destacam-se os sectores da Educação e da Saúde, com uma previsão orçamental de 273,7 e de 248,6 milhões de euros, respectivamente.

As funções económicas atingem um valor global de 323,7 milhões de euros, salientando-se as verbas afectas ao sector da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pescas, com uma dotação de 154,5 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global, não se contemplando o montante das operações extra-orçamentais.



### Estrutura da Despesa Global

	2010	%	2010	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	134.300.946	11,9%	128.121.424	11,6%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	134.300.946	11,9%	128.121.424	11,6%
2. Funções Sociais	654.902.600	58,2%	661.830.236	59,9%
2.01 Educação	277.276.231	24,6%	267.120.077	24,2%
2.02 Saúde	235.279.070	20,9%	248.613.270	22,5%
2.03 Segurança e Acção Social	22.179.116	2,0%	26.940.826	2,4%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	71.746.789	6,4%	72.965.118	6,6%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	48.421.394	4,3%	46.190.945	4,2%
3. Funções Económicas	308.962.842	27,5%	289.258.076	26,2%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	130.076.226	11,6%	126.438.210	11,4%
3.03 Transportes e Comunicações	103.841.512	9,2%	84.050.507	7,6%
3.05 Outras Funções Económicas	75.045.104	6,7%	78.769.359	7,1%
4. Outras Funções	27.260.535	2,4%	25.695.913	2,3%
4.01 Operações da Dívida Pública	9.500.000	0,8%	10.500.000	1,0%
4.03 Diversas não Especificadas	17.760.535	1,6%	15.195.913	1,4%
<b>Total</b>	<b>1.125.426.923</b>	<b>100%</b>	<b>1.104.905.649</b>	<b>100%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o das Operações Extra-Orçamentais.

Analisando o quadro anterior, no qual a despesa pública está expurgada do valor das operações extra-orçamentais, constata-se que as funções sociais continuam a deter o maior peso, agora representando 59,9% total da despesa.

As funções económicas apresentam uma dotação orçamental de 289,3 milhões de euros, o que representa um peso de 26,2% do respectivo total.

As funções gerais de soberania, com uma dotação prevista de 128,1 milhões de euros, detêm um peso de 11,6%, registando uma quebra



significativa, quando comparado com o total da despesa, incluindo as operações extra-orçamentais (22,0%).



## **C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos**

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

### **Classificação Económica**

Para 2011, o orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos, segundo a sua classificação económica é o que de seguida se apresenta.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>226.833.680</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>227.347.864</b>
Impostos directos	0	Despesas com pessoal	71.443.848
Impostos indirectos	0	Segurança Social	8.937.519
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Contribuições para a Seg. Social	3.584.580
Txs,multas e outras penalidades	10.422.205	Aq. de bens e serviços correntes	104.422.037
Rend. de propriedades	4.104	Juros e outros encargos	468.505
Transferências	<b>178.458.389</b>	Transferências Correntes	<b>20.204.397</b>
RAA - Adm. Pública	161.839.339	RAA - Adm. Pública	905.345
Adm. Central	6.289.563	Adm. Central	1.045.518
Entre Fundos	1.000	Entre Fundos	150.000
Adm. Local	52.300	Adm. Local	0
U.E	7.034.442	U.E	80.000
Outras	3.241.745	Outras	18.023.534
Venda de bens e serviços correntes	16.367.591	Subsídios	22.760.137
Outras receitas correntes	21.581.391	Outras despesas correntes	8.048.940
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.750.855</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.317.890</b>
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	3.066.465
Transferências	<b>7.505.790</b>	Transferências de Capital	<b>3.101.424</b>
RAA - Adm. Pública	5.031.799	RAA - Adm. Pública	0
Adm. Central	816.873	Adm. Central	0
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
Adm. Local	0	Adm. Local	10.000
U.E	1.657.118	U.E	0
Outras	0	Outras	3.091.424
Activos financeiros	245.000	Activos financeiros	1.150.001
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	0
Outras receitas de capital	65	Outras despesas de capital	0
Recursos próprios comunitários	0		
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>234.584.535</b>	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>234.665.754</b>
Reposições	31.119	Operações extra-orçamentais	6.170.600
Saldo da gerência anterior	<b>50.100</b>		
Na posse do serviço	50.100		
Na posse do Tesouro	0		
Operações extra-orçamentais	6.170.600		
<b>TOTAL</b>	<b>240.836.354</b>	<b>TOTAL</b>	<b>240.836.354</b>

A previsão global para o orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos do próximo ano, situa-se nos 240,8 milhões de euros.



A receita corrente, com 226,8 milhões de euros representa 94,2% do total orçamentado, enquanto os 7,8 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 3,2%. Os restantes 6,3 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

No agregado das receitas correntes, evidenciam-se as transferências, as quais, com 178,5 milhões de euros, representam 78,7% do total da receita corrente. De destacar que 161,8 milhões de euros, do total das transferências (90,7%), têm proveniência do orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA).

Estima-se que as receitas de capital arrecadadas pelos fundos e serviços autónomos atinjam os 7,8 milhões de euros, dos quais 7,5 milhões de euros são relativos a transferências, destas 5,0 milhões de euros são provenientes do ORAA, ou seja, 67,0% do total das transferências.

Quanto à despesa dos fundos e serviços autónomos, prevê-se que se situe nos 240,8 milhões de euros, decompostos por 227,3 milhões de euros para as despesas correntes (94,4%), 7,3 milhões de euros para as despesas de capital (3,0%) e por 6,2 milhões de euros de operações extra-orçamentais (2,6%).

Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 45,9%, e



31,4% respectivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 175,9 milhões de euros.

Prevê-se uma despesa de capital na ordem dos 7,3 milhões de euros, dos quais 3,1 milhões de euros dizem respeito às transferências de capital e 3,1 milhões de euros à aquisição de bens de capital.

### **Classificação Orgânica**

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Presidência do Governo Regional	350.000	0,15%
Vice-Presidência do Governo Regional	4.966.300	2,06%
Secretaria Regional da Educação e Formação	27.243.126	11,31%
Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	12.412.089	5,15%
Secretaria Regional da Economia	21.704.434	9,01%
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social	23.539.590	9,77%
Secretaria Regional da Saúde	132.698.167	55,10%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	16.912.648	7,02%
Secretaria Regional do Ambiente e Mar	1.010.000	0,42%
<b>Total</b>	<b>240.836.354</b>	<b>100,00%</b>

O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 132,7 milhões de euros (55,1%). Dos FSA dependentes desta Secretaria destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento:

- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 25,6%
- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo – 11,7%
- Centro de Saúde da Ribeira Grande – 11,2%



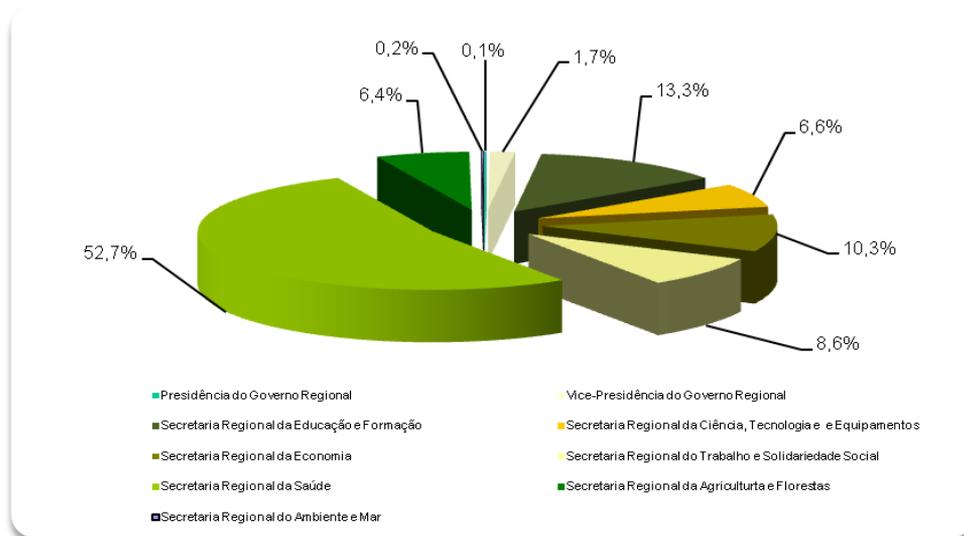
- Unidade de Saúde da Ilha do Pico – 9,8%
- Centro de Saúde da Praia da Vitória – 8.3%.

Os FSA integrados na Secretaria Regional da Educação e Formação, apresenta uma dotação de 27,2 milhões de euros, cerca de 11,3% do valor total orçamentado para os FSA. Neste departamento, destaca-se a Escola Profissional das Capelas com 5,4 milhões de euros (19,7%) do valor orçamentado para este departamento.

O valor orçamentado para os FSA integrados no âmbito da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social atinge os 23,5 milhões de euros, 76,2% dos quais afectos ao Fundo Regional do Emprego.

Ressalvam-se, ainda, as verbas atribuídas à Secretaria Regional da Economia, as quais, com 21,7 milhões de euros representam 9,0% do total orçamentado, estando as mesmas integralmente afectas ao Fundo Regional de Coesão.

A distribuição orgânica do orçamento dos FSA é, graficamente, a que abaixo se apresentada.



## Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	9.922.789	4,1%
Funções Sociais	160.542.269	66,7%
Funções Económicas	47.082.682	19,5%
Outras Funções	23.288.614	9,7%
<b>TOTAL</b>	<b>240.836.354</b>	<b>100,00%</b>

As despesas afectas às funções sociais são as que mais se distinguem, com 160,5 milhões de euros (66,7%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 47,1 milhões de euros (19,5%), as outras funções com 23,3 milhões de euros (9,7%) e por último, as funções gerais de soberania com 9,9 milhões de euros (4,1%).



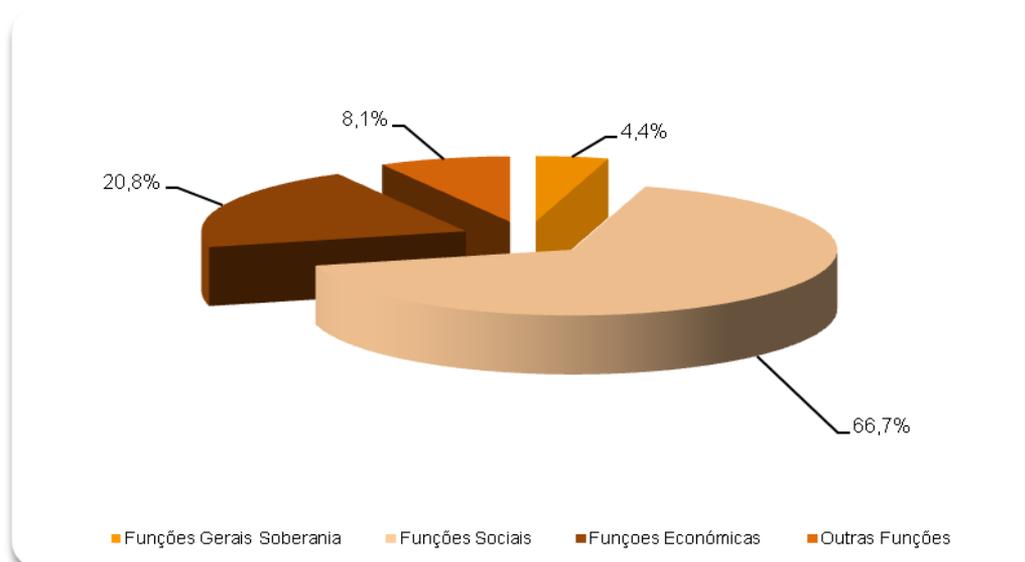
O total imputado a cada uma das funções de carácter social, é a seguinte:

- Saúde – 132,7 milhões de euros;
- Educação – 20,9 milhões de euros;
- Segurança e Acções Sociais – 5,6 milhões de euros; e
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 1,3 milhões de euros.

Os 47,1 milhões de euros afectos às funções económicas decompõem-se do seguinte modo:

- Outras Funções Económicas – 21,7 milhões de euros;
- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 17,9 milhões de euros; e
- Transportes e Comunicações – 7,5 milhões de euros.

O gráfico seguinte mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





## D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O valor do orçamento consolidado do Sector Público Administrativo, para o ano de 2011, é de 1.428,2 milhões de euros onde se incluíram todos os serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, conforme quadro a seguir apresentado.

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	770,0
Receitas Fiscais	533,3
Outras receitas correntes	236,7
Receitas de Capital	412,5
Outras Receitas	2,6
Operações extra-orçamentais	243,2
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>1.428,2</b>
Despesas Correntes	896,6
Despesas com Pessoal	382,3
Outras	514,3
Despesas de Capital	288,4
Operações extra-orçamentais	243,2
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>1.428,2</b>

Prevê-se que as receitas correntes atinjam os 770,0 milhões de euros (53,8% do total da receita), estimando-se que 533,3 milhões de euros digam respeito a receitas fiscais e os restantes 236,7 milhões de euros a outras receitas correntes.

Relativamente às receitas de capital, prevê-se que estas permitam uma arrecadação de 412,5 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (896,6 milhões de euros) 42,8% dizem respeito a despesas com pessoal (382,3 milhões de euros).



As despesas de capital estão orçamentadas em 288,4 milhões de euros.

Tal como na receita, as operações extra-orçamentais estão orçamentadas em 243,2 milhões de euros, 17,1% do total da despesa.



## **V – Dívida Pública Regional**

### **A - Dívida Directa**

#### Evolução da Dívida Pública

Para o corrente ano e ao abrigo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril – aprovou o Orçamento de Estado para 2010, a Região recorreu de novo ao endividamento, para financiar um conjunto de projectos de investimento co-financiados por fundos comunitários no montante de 50 milhões de euros. Este empréstimo à semelhança do ano passado foi antecedido por despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 5 de Julho de 2010 a autorizar o referido empréstimo.

A Região Autónoma dos Açores, após consulta ao mercado financiou-se junto de um sindicato bancário constituído por quatro bancos, BPI, BCP Millenium, BANIF e C.G.D.

Face à actual conjuntura dos mercados financeiros quer nacional quer internacional, a Região conseguiu obter um spread bastante vantajoso de 3%, tendo em consideração as margens que se estão a praticar actualmente.



Após este financiamento, o stock da dívida pública directa da Região, a 31 de Dezembro de 2010 deverá fixar-se nos 374,6 milhões de euros.

### Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública pagos até 30 de Setembro de 2010 totalizaram 6,8 milhões de euros, estimando-se que a 31 de Dezembro atinjam um valor na ordem dos 8,9 milhões de euros.

### **B - Avals**

A responsabilidade da Região com avals registou, em 2007 e 2009 o valor de 418,4 milhões de euros e de 396,9 milhões de euros respectivamente, verificando-se uma redução de 21,5 milhões de euros.

No quadro abaixo apresentado, consta a desagregação das responsabilidades da Região no final de 2009.



(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
2/92	K.F.W.	E.D.A.	4.090.335,05	1.092.119,49
3/93	B.E.I.	E.D.A.	2.501.991,06	960.514,38
4/93	B.E.I.	E.D.A.	17.960.724,73	278.971,99
1/01	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	21.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A.	20.000.000,00	16.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	50.000.000,00	4.545.450,00
2/03	B.E.I.	E.D.A.	40.000.000,00	36.000.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG,SA	5.500.000,00	4.583.333,32
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A	11.400.000,00	11.400.000,00
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A	9.000.000,00	8.550.000,00
2/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HDES PD, EPE	5.628.000,00	5.628.000,00
3/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HSP AH, EPE	3.486.000,00	3.486.000,00
4/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HH, EPE	1.386.000,00	1.386.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>482.953.050,84</b>	<b>396.910.389,18</b>

O Decreto Legislativo Regional n.º 25/2009/A, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento da Região para 2010, estabeleceu no seu artigo 14.º, o montante máximo de avales a conceder, em 45 milhões de euros.

No decorrer do presente ano, foram já concedidos dois avales, com a seguinte discriminação:

- Aval 01/10 – SPRHI, S.A. – 4,5 milhões de euros
- Aval 02/10 – SAÚDAÇOR, S.A. – 15,0 milhões de euros.



### Responsabilidades em 2010

	(Euros)
Responsabilidades a 31/12/2009	396.910.389,18
Avais concedidos	19.500.000,00
Amortizações	15.524.965,23
Responsabilidades	400.885.423,95

O total de avais concedidos até Outubro do corrente ano (19,5 milhões de euros), equivale a uma utilização de apenas 43,3% do valor máximo aprovado para o ano de 2010.

Para o ano de 2011, prevê-se que as amortizações em empréstimos anteriormente avalizados pela Região atinjam os 15,2 milhões de euros, desagregados da forma que de seguida se explicita.

(Euros)			
AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	2011
2/92	K.F.W.	E.D.A.	273.029,86
3/93	B.E.I.	E.D.A.	230.433,38
4/93	B.E.I.	E.D.A.	144.740,17
1/01	B.E.I.	E.D.A.	3.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A.	2.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A.	4.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A.	3.000.000,00
2/07	Déxia Sabadell	APTG,SA	458.333,33
1/08	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	814.285,71
1/09	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	900.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A	360.000,00
<b>Total</b>			<b>15.180.822,45</b>

Para o ano de 2011, o limite máximo de avais a conceder é de 45 milhões de euros.



## **VI - Sector Público Empresarial Regional**

O Sector Público Empresarial Regional (SPER), incorporava a 31 de Dezembro de 2009, um conjunto de 41 entidades de características empresariais, congregadas da seguinte forma:

- Três Grupos empresariais:

- Grupo EDA com 9 empresas;
- Grupo SATA com 6 empresas;
- Grupo Portos dos Açores (PA), com 5 empresas;

- Catorze empresas com participação directa, com actividade e objectivos próprios, sem participação de capital entre si, nomeadamente:

- SPRHI, SA, na área de habitação e infra-estruturas;
- LOTAÇOR, SA, nas Pescas;
- SAÚDAÇOR, SA, no sector da Saúde;
- Teatro Micaelense, SA, na área de espectáculos e congressos;
- SPRAçores, SA, na área do Ambiente;
- Ilhas de Valor, SA, vocacionada para promover a coesão das ilhas do arquipélago;
- APIA, EPE, para captação de investimento externo;
- Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria, LDA, que assegura o transporte público terrestre nessa ilha;
- Hospital da Horta, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;



- Hospital do Divino Espírito Santo, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
  - Hospital de Santo Espírito, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
  - IROA, S.A, na área da Agricultura cujo objectivo é o de reforço da qualidade e redução dos custos de produção das explorações agrícolas;
  - Transmaçor, S.A.;
  - Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.
- Sete entidades não societárias, mas que pela sua gestão, estão incluídas neste âmbito:
- AAFTH – Hotel S. Pedro, como escola de hotelaria;
  - INOVA;
  - ARENA;
  - ENTA;
  - Associação de Turismo dos Açores;
  - Observatório Regional do Turismo;
  - Associação Portas do Mar, S.A.

As participações da Região superiores ou iguais a 10%, explicitadas em percentagem do capital social detido, directa e indirectamente, pela Região, sem considerar as participações indirectas de segundo grau, é a explicitada no quadro seguinte.



Região Autónoma dos Açores  
Vice - Presidência do Governo Regional  
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

ENTIDADES SOCIETÁRIAS														
PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÕES NO SPE													
	RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	LOTAÇOR, S.A.	ATLÂNTICOLINE, S.A.	ILHAS DE VALOR, S.A.	APSM, S.A.	APTG, S.A.	APTO, S.A.	EDA, S.A.	PA, SGPS	INOVA	AAFTH	ASS. TURISMO AÇORES
SATA, SGPS, S.A.	100,00													
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	56,21	43,79												
SATA INTERNACIONAL- SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.			100,00											
SATA AERODROMOS			100,00											
SATA EXP. INC. CAN			100,00											
SATA EXP. INC. USA			100,00											
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES, S.A.	50,10													
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, S.A.	100,00													
PRONTAÇORES, S.A.				49,00										
ESPADA PESCAS UNIPessoal, S.A.				100,00										
SANTA CATARINA, INDÚSTRIA CONSERVEIRA, S.A.				99,67										
PA - PORTOS DOS AÇORES -SGPS, S.A.	100,00													
APSM-AD. PORTOS DAS ILHAS DE S.MIGUEL E S. MARIA, S.A.											100,00			
OPERPD, S.A.							20,00							
APTG-AD. PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, S.A.											100,00			
OPERTERCEIRA, S.A.								20,00						
AGESPI, S.A.								25,00						
APTO-AD. PORTOS DO TRIÂNGULO E DO GRUPO OCIDENTAL, S.A.											100,00			
NAVAL CANAL, LDª									100,00					
OPERTRI, LDª									20,00					
ATLÂNTICOLINE, S.A.	6,03										83,97			
ILHAS DE VALOR, S.A.	99,44		0,28		0,28									
POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO, Ldª						60,87								
SPRH, S.A. - SOC. PROM. REAB. HAB. E INFRA-ESTRUTURAS, S.A.	100,00													
SAUDAÇOR - SOC. GEST. REC. EQUIP. SAÚDE AÇORES, S.A.	100,00													
SPRAÇORES - Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A.	100,00													
APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E.	100,00													
ETCSM - EMPRE. TRANSPORTES COLECTIVOS DE S.MARIA LDA	99,00													
TEATRO MICAELENSE- CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A.	99,81													
PGA- POUADAS DA JUVENTUDE AÇORES, S.A.	51,00													
SITURFLOR - SOC. DE INVESTIMENTOS TÚRISTICOS DAS FLORES, S.A. a)	38,65													
TRANSMaçor- TRANSPORTES MARÍTIMOS DOS AÇORES, LDA	27,19													
IROA, S.A.	100,00													
HOSPITAL DA HORTA, EPE	100,00													
HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, EPE	100,00													
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO, EPE	100,00													
VERDGOLF, S.A.			0,75											
GLOBALEDA- TELECOM UNICAÇÕES SIST. INFORMAÇÕES, S.A.										60,00				
EEG- EMPRESA DE ELECTRICIDADE E GÁS, LDA										99,00				
SOGEO- SOCIEDADE DE GEOTERMIA DOS AÇORES, S.A.										99,31				
SEGMA - SERVIÇO DE ENG. GESTÃO E MANUTENÇÃO, LDA										90,00				
GOLFE AÇORES, LDA			33,33											
GEOTERCEIRA - SOC. GEOTÉRMICA DA TERCEIRA, S.A.										50,04				
NORMA AÇORES- SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DES. REG. S.A.										50,13				
ONIAÇORES- INFOCOMUNICAÇÕES, S.A.										40,00				
CONTROLAUTO - CONTROLO TÉCNICO DE AUTOMÓVEIS, LDA										30,00				
NOVABASE ATLÂNTICO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.										40,00				
ZONAÇORES, S.A.										6,18				
BANIF AÇOR PENSÕES - SOC. GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.			2,70							2,70				
DTS - SOC. DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIAS E SERVIÇOS, LDA										2,50				
IATH- IND. AÇOREANA TURISMO HOTELEIRA, S.A.										0,12				
CCAM- CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DOS AÇORES, CRL										0,001				

a) A empresa foi dissolvida em 08/12/1998 e encontra-se em liquidação judicial desde 22/03/2004



Região Autónoma dos Açores  
Vice - Presidência do Governo Regional  
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS														
PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÕES NO SPE													
	RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	LOTAÇOR, S.A.	ATLÂNTICOLINE, S.A.	ILHAS DE VALOR, S.A.	APSM, S.A.	APTG, S.A.	APTO, S.A.	EDA, S.A.	PA, SGPS	INOVA	AAFTH	ASS. TURISMO AÇORES
ARENA-AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA RAA, ASS.	100,00													
AAFTH - ASS. AÇ.FORM.TURÍSTICA E HOTELEIRA, ASS.	50,00		25,00											
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES	38,50		30,80											
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00								2,00		70,00			
INOVA- ISNT. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES	65,59								0,77					
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	50,00													25,00
FEJC- FUNDAÇÃO ENG. JOSÉ CORDEIRO									33,68					
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR, S.A	28,57						28,57						7,14	7,14